

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.425.867 - CE (2013/0411868-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : PEREGRINA FÁTIMA CAPELO CAVALCANTE  
**ADVOGADO** : WELLINGTON ROCHA LEITÃO FILHO E OUTRO(S) - CE006622  
**RECORRIDO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : FRANCISCO SIRELSON TAVARES RAMOS E OUTRO(S) - CE006649

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por PEREGRINA FÁTIMA CAPELO CAVALCANTE contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado:

*"PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS DE APELAÇÃO - INTERPOSIÇÃO FORA DO PRAZO LEGAL - INTEMPESTIVIDADE MANIFESTA - APELOS NÃO CONHECIDOS. NÃO SE CONHECE DE RECURSOS INTERPOSTOS QUANDO ULTRAPASSADO O PRAZO LEGAL."*  
(fl. 238)

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação ao art. 508 do CPC/73 e dissídio jurisprudencial, sustentando, em síntese, que a comprovação da tempestividade da apelação, em razão da suspensão de prazos processuais determinada por portaria do Tribunal de origem, poderia ter sido apresentada após a interposição do recurso, em sede de embargos de declaração.

Contrarrazões apresentadas às fls. 346/352.

É o relatório.

De início, como os processos conexos (REsps nºs. 1.780.660/CE e 1.425.867/CE) parecem idênticos, é preciso destacar que a presente irresignação tem como origem a Apelação Cível n. 631733-90.2000,8.06.001/1 (numeração do TJCE).

O Tribunal de origem entendeu que, ante a interposição da apelação fora do período de 15 dias, contados do dia útil seguinte à publicação da sentença, deveria a parte insurgente ter demonstrado a ocorrência de suspensão ou interrupção do prazo recursal, no instante do protocolo do recurso - e não em momento posterior, como quando da oposição

dos embargos de declaração. Constou do acórdão recorrido:

*"O Superior Tribunal de Justiça posiciona-se no sentido de que a demonstração da tempestividade do recurso nos casos excepcionais como a suspensão dos prazos em decorrência de feriado local/ausência de expediente forense é incumbência da parte, no momento da sua interposição.*

*(...)*

*Não há, nos autos, no momento da interposição do recurso de apelação, documentação capaz de comprovar a ocorrência de suspensão dos prazos processuais entre os dias 1º e 5 de dezembro de 2008." (fl. 315)*

Contudo, em 2012, nos autos do AgRg no AREsp 137.141/SE, a Corte Especial do STJ admitiu que, nos recursos especiais, a comprovação de suspensão ou interrupção de prazo recursal fosse demonstrada em momento posterior à interposição do recurso, em sede de agravo interno:

***"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE. FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO POSTERIOR. POSSIBILIDADE. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO.***

***1. A comprovação da tempestividade do recurso especial, em decorrência de feriado local ou de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem que implique prorrogação do termo final para sua interposição, pode ocorrer posteriormente, em sede de agravo regimental. Precedentes do STF e do STJ.***

***2. Agravo regimental provido, para afastar a intempestividade do recurso especial.***

***(AgRg no AREsp 137.141/SE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2012, DJe 15/10/2012)"***

Na espécie, embora não tenha havido a interposição de agravo interno, uma vez que a apelação foi julgada de imediato pelo Órgão colegiado do TJCE, nada impede a aplicação analógica do precedente da Corte Especial, autorizando a comprovação da suspensão de prazo em sede de embargos de declaração.

Além disso, é preciso observar que a suspensão do prazo processual, autorizando a interposição da apelação em 09/12/2008, ocorreu em virtude de ato do então Presidente do Tribunal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, de modo que essa circunstância era de conhecimento do Órgão colegiado da mesma Corte. Isto é, a rigor, a

comprovação da *semana nacional de conciliação* (evento suspensivo do prazo recursal) poderia ter sido dispensada, na hipótese.

Cita-se precedente com raciocínio parecido:

*"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. RECESSO FORENSE. PORTARIA DO TRIBUNAL ESTADUAL. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO.*

*1. O acórdão atacado decidiu que compete à parte que interpõe apelação comprovar, para fins de aferição da tempestividade recursal, a ocorrência de recesso forense decorrente de Portaria confeccionada pela própria Corte Estadual, exigência considerada descabida pelo ora recorrente.*

*2. A jurisprudência desta Corte reconhece que é ônus do recorrente comprovar a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense por ato normativo da Justiça do Estado, sob pena de intempestividade.*

*3. Esse posicionamento calca-se na necessidade de fornecer um substrato mínimo à aferição da tempestividade dos recursos encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, uma vez que os membros desta Corte não possuem meios para terem ciência de todo e qualquer feriado municipal ou estadual, muito menos das Portarias dos Tribunais Estaduais e Regionais que, por um motivo ou outro, importem alteração do expediente forense.*

*4. Entretanto, essa orientação não pode ser transplantada para as instâncias ordinárias de maneira irrefletida, pois não é concebível que o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas desconheça uma portaria subscrita por seu Desembargador Presidente que implicou a suspensão do expediente e dos prazos recursais durante o recesso de final de ano, daí por que não há qualquer justificativa minimamente razoável para se exigir que o recurso de apelação seja acompanhado de cópia desse ato.*

*5. Relevada a intempestividade, devem os autos retornar à instância ordinária para o prosseguimento de análise da apelação.*

*6. Recurso especial provido.*

*(REsp 1165782/AM, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/08/2010, DJe 26/08/2010)"*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para reformar o acórdão recorrido e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que conheça do recurso de apelação interposto pela parte insurgente.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator